



PROJETO DE LEI Nº 238/2017

Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta lei estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – A administração pública compreende a administração direta e a indireta.

Art. 3º – Os órgãos e entidades da administração pública municipal relacionam-se por subordinação administrativa, subordinação técnica ou vinculação.

§ 1º – Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I – subordinação administrativa:

a) a relação hierárquica de secretarias e órgãos autônomos com o Prefeito, bem como das unidades administrativas com os titulares dos órgãos e das entidades a que se subordinam;

b) a relação hierárquica de órgão colegiado com a secretaria municipal, no que se refere à sujeição às diretrizes das políticas públicas estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG;

II – subordinação técnica:

a) a relação de subordinação das unidades setoriais às unidades centrais, no que se refere à normalização e à orientação técnica;

b) a relação hierárquica de um órgão ou unidade com outro órgão ou unidade, independentemente da existência de relação de subordinação administrativa;

III – vinculação: a relação de entidade da administração indireta com a secretaria municipal responsável pela formulação das políticas públicas de sua área de atuação, para a integração de objetivos, metas e resultados.

§ 2º – Compete às secretarias municipais exercer a supervisão das atividades das entidades a elas vinculadas nos termos do inciso III do § 1º deste artigo, observada a natureza do vínculo.



Art. 4º – As Secretarias Municipais de Assuntos Institucionais e Comunicação Social; de Fazenda; de Governo; de Planejamento, Orçamento e Gestão; a Procuradoria-Geral do Município e a Controladoria-Geral do Município atuarão como órgãos centrais.

Parágrafo único – Para fins do disposto no *caput* deste artigo, consideram órgãos centrais aqueles responsáveis pela elaboração de políticas e diretrizes a serem seguidas pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 5º – Os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública do Poder Executivo, observada a conveniência administrativa, poderão, nos termos de decreto, compartilhar a execução das atividades jurídicas e de apoio e suporte administrativo.

CAPÍTULO II DA GOVERNANÇA PÚBLICA

Seção I Das Instâncias Centrais de Governança

Art. 6º - São Instâncias Centrais de Governança:

- I – a Câmara de Coordenação Geral - CCG;
- II – a Câmara Intersetorial de Articulação em Rede – Ciar.

Subseção I Da Câmara de Coordenação Geral – CCG

Art. 7º – A Câmara de Coordenação Geral – CCG – tem como competência apoiar o Prefeito:

I – na condução e na execução da política orçamentária, financeira, patrimonial, previdenciária e de recursos humanos do Município;

II – na definição das diretrizes a serem implementadas pela administração pública do Poder Executivo no âmbito das políticas públicas;

III – no planejamento e no alinhamento das ações governamentais;

IV – na validação de diretrizes e projetos que envolvam tecnologia da informação;

V – nas decisões de interesse das entidades, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pelo Município que integram a administração pública do Poder Executivo;

VI – na validação das políticas e estratégias de gestão de suprimentos e contratação de serviços, que assegurem a melhoria da qualidade dos bens e dos serviços adquiridos, a redução de preços e de gastos com logística e com distribuição.



§ 1º – A Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel – prestará, sob a coordenação e diretrizes da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG, suporte técnico e operacional para o desempenho da competência de que trata o inciso IV deste artigo.

§ 2º – A competência de que trata o inciso V deste artigo será exercida pelo Comitê de Governança Corporativa, que funcionará no âmbito da CCG e terá como secretaria executiva a Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA, que prestará o apoio técnico, logístico e operacional para seu funcionamento.

§ 3º – Submetem-se à CCG todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.

§ 4º – A secretaria executiva da CCG será exercida pela SMPOG, que prestará o apoio técnico, logístico e operacional para seu funcionamento.

§ 5º – A CCG sucederá a Junta de Execução Orçamentária e Financeira – JUCOF.

§ 6º – A composição, as atribuições e o escopo das deliberações da CCG serão estabelecidas em decreto.

Subseção II

Da Câmara Intersetorial de Articulação em Rede – CIAR

Art. 8º – A Câmara Intersetorial de Articulação em Rede – Ciar – tem como competência:

I – avaliar a implementação das políticas sociais em âmbito municipal;

II – articular ações relacionadas às políticas de assistência social e segurança alimentar com as demais políticas públicas a cargo do Município;

III – elaborar planejamento integrado entre os órgãos e entidades do Poder Executivo, com vistas a enfrentar as situações de vulnerabilidade e risco sociais.

§ 1º – A secretaria executiva da Ciar será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, que prestará o apoio técnico, logístico e operacional para seu funcionamento.

§ 2º – A Ciar sucederá a Câmara Intersetorial de Políticas Sociais.

§ 3º – A composição, as atribuições e o escopo das deliberações da Ciar serão estabelecidas em decreto.

Seção II

Das Coordenadorias de Atendimento Regional

Art. 9º – Para fins de coordenação e implementação dos planos e programas relativos à política pública a cargo do Município, funcionarão nove Coordenadorias de Atendimento Regional, com competências, em suas respectivas circunscrições, de apoiar as



secretarias municipais na implementação das políticas públicas relativas à saúde, educação, abastecimento alimentar, serviços sociais, cultura, esportes, controle urbano e ambiental, limpeza urbana, patrimonial, manutenção e obras.

Art. 10 – As Coordenadorias de Atendimento Regional serão subordinadas diretamente ao Gabinete do Prefeito - GP.

Parágrafo único – O funcionamento e as atribuições das Coordenadorias de Atendimento Regional serão previstos em decreto.

Seção III

Dos Conselhos Consultivos Regionais de Participação Popular

Art. 11 – Os Conselhos Consultivos Regionais de Participação Popular, instrumento participativo da população nas ações governamentais regionalizadas, têm como competência, no âmbito da respectiva circunscrição:

I – acompanhar e fiscalizar as ações regionais do Poder Público, inclusive quanto à aplicação de recursos;

II – participar da elaboração das políticas de ação do Poder Público para a respectiva circunscrição;

III – acompanhar a elaboração e execução de planos, programas e projetos;

IV – relacionar carências e reivindicações regionais nas áreas, entre outras, de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento, meio ambiente, urbanização, cultura, esportes e relativas à criança, ao adolescente e ao idoso.

§ 1º – Funcionará um Conselho Consultivo Regional de Participação Popular na circunscrição de cada Coordenadoria de Atendimento Regional Municipal.

§ 2º – Cada Conselho será presidido pelo Coordenador de Atendimento Regional da respectiva circunscrição, que prestará o apoio técnico e operacional ao Conselho.

§ 3º – A composição e o funcionamento dos Conselhos Consultivos Regionais de Participação Popular serão definidos em decreto.

§ 4º – A participação como conselheiro será de relevante interesse público, vedada a remuneração.

Seção IV

Da Contratualização de Resultados

Art. 12 – Esta seção dispõe sobre a contratualização de resultados e disciplina a autonomia gerencial, orçamentária e financeira do Município, observados os §§ 10 e 11 do art. 14 da Constituição do Estado e o § 8º do art. 37 da Constituição da República.

Art. 13 – São objetivos da contratualização de resultados:

I – favorecer o alcance dos objetivos do PPAG;



II – estabelecer compromissos para a permanente modernização da gestão municipal;

III – promover o alcance de metas de médio e longo prazo de indicadores de impactos de políticas públicas, com vistas à melhoria das condições de vida dos cidadãos;

IV – estabelecer agenda transparente de compromissos dos gestores governamentais a partir do plano plurianual e de sua estratégia de desenvolvimento;

V – estabelecer compromissos intersetoriais para a consecução dos objetivos das políticas públicas municipais.

Parágrafo único – A contratualização de resultados será formalizada por meio de Contrato de Metas e Desempenho.

Art. 14 – As empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo poderão aplicar, no que couber e nos termos da legislação vigente, o disposto nesta seção.

Subseção I

Da Formalização e do Prazo de Vigência do Contrato de Metas e Desempenho

Art. 15 – A contratualização de resultados será formalizada por instrumento que contenha, sem prejuízo de outras especificações:

I – o objeto e a finalidade;

II – as metas de desempenho, fixadas por indicadores objetivos e ações, com prazos de execução e meios de apuração objetivamente definidos;

III – os direitos, obrigações e responsabilidades do pactuante e do pactuado, em especial em relação às metas estabelecidas;

IV – as condições para revisão, renovação, prorrogação e rescisão contratual;

V – o prazo de vigência;

VI – a sistemática de acompanhamento e avaliação, com informações sobre a duração dos períodos avaliatórios e sobre os critérios a serem considerados na aferição do desempenho;

VII – a relação das prerrogativas concedidas por meio da contratualização ao órgão ou à entidade, em função da ampliação da sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira, se houver.

Parágrafo único – A Contratualização de Resultados a que se refere o *caput* deste artigo não se restringirá, necessariamente, às metas inseridas no âmbito do PPAG, podendo haver a inclusão de metas intermediárias necessárias ao acompanhamento da consecução dos objetivos dos programas e de metas subsidiárias, que não integram o PPAG, mas contribuem para o alcance do seu objetivo principal.



Art. 16 – É condição para a assinatura, a revisão e a renovação do Contrato de Metas e Desempenho o pronunciamento favorável da SMPOG quanto ao pleno atendimento das exigências estabelecidas nesta Seção e à compatibilidade das metas acordadas com os pactuados, na forma definida em decreto.

Art. 17 – São signatários do Contrato de Metas e Desempenho o Prefeito e o dirigente máximo do órgão ou da entidade pactuada.

Art. 18 – O Contrato de Metas e Desempenho terá vigência mínima de seis meses e máxima de quatro anos, desde que não ultrapasse o primeiro ano do governo subsequente àquele em que tiver sido assinado, podendo ser renovado por acordo entre as partes.

Parágrafo único – Identificada a necessidade de revisão, esta será formalizada mediante termo aditivo.

Subseção II

Da Ampliação da Autonomia Gerencial, Orçamentária e Financeira

Art. 19 – A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo poderá ser ampliada mediante previsão expressa no Contrato de Metas e Desempenho, observadas as exigências estabelecidas nesta Seção.

Art. 20 – A ampliação da autonomia a que se refere o art. 19 desta lei dar-se-á mediante a concessão ao pactuado de prerrogativa para alterar os quantitativos e a distribuição dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas, nos termos da legislação vigente, desde que não acarrete aumento de despesa, além de outras medidas definidas em decreto.

Art. 21 – Caberá à SMPOG analisar e aprovar a ampliação da autonomia a ser conferida ao pactuado, tendo em vista as metas fixadas.

Subseção III

Da Responsabilidade dos Dirigentes e dos Mecanismos de Acompanhamento

Art. 22 – O pactuante e os dirigentes dos órgãos e das entidades pactuados promoverão as ações necessárias ao cumprimento do Contrato de Metas e Desempenho, sob pena de responsabilidade solidária por eventual irregularidade, ilegalidade ou desperdício na utilização de recursos ou bens.

Art. 23 – Na hipótese de, durante a vigência do Contrato de Metas e Desempenho, haver substituição do dirigente signatário, o novo dirigente nomeado toma-se o responsável pelo instrumento.

Art. 24 – Sem prejuízo das ações a que se refere o art. 22 desta lei, se houver indícios fundados de malversação de bens ou de recursos ou quando assim o exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, os responsáveis pela fiscalização representarão aos órgãos competentes para a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis, visando à proteção



do patrimônio público e à punição dos infratores, sob pena de se tornarem solidariamente responsáveis.

Art. 25 – O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial que levem em consideração os prazos e os indicadores de desempenho previstos no Contrato de Metas e Desempenho.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26 – A estrutura básica e as competências dos órgãos, autarquias e fundações da administração pública do Poder Executivo são as definidas neste capítulo.

Art. 27 – A organização dos órgãos, autarquias e fundações, respeitadas as competências e estruturas básicas previstas nesta lei e o disposto em leis específicas, será estabelecida em decreto, que conterà:

I – a estrutura organizacional e as atribuições dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo e de suas respectivas unidades administrativas, decorrentes das competências previstas nesta lei;

II – a subordinação, a sede e a área de abrangência das unidades regionais, quando couber;

III – as atribuições e a composição das unidades colegiadas das autarquias e fundações de que trata esta lei;

IV – as atribuições e a composição dos órgãos colegiados, quando couber.

§ 1º – Na definição da estrutura organizacional e das atribuições dos órgãos, autarquias e fundações e de suas unidades serão observados:

I – a gestão descentralizada, participativa, transparente e integrada;

II – o atendimento às demandas populares;

III – o suporte às ações de planejamento, implementação e monitoramento de políticas, inclusive as orçamentárias;

IV – o desenvolvimento sustentável;

V – a coerência com as finalidades organizacionais.

§ 2º – A estrutura dos órgãos, autarquias e fundações poderá conter unidades regionais descentralizadas nas Coordenadorias de Atendimento Regionais, de acordo com a necessidade de desconcentração e descentralização das políticas públicas a cargo do Poder Executivo e nos termos definidos em decreto.



Art. 28 – Para fins de elaboração do decreto de que trata o art. 27 desta Lei, serão observadas:

I – a concentração das atividades setoriais e seccionais de planejamento, gestão e finanças;

II – as diretrizes e orientações normativas estabelecidas pelas unidades centrais para as atividades de planejamento, gestão e finanças, jurídicas e de comunicação social;

III – a disponibilidade de cargo de provimento em comissão ou, quando couber, função gratificada para a chefia das unidades administrativas;

IV – a alteração dos limites de despesa com cargos e funções de confiança, respeitados os parâmetros estabelecidos em regulamento.

Art. 29 – Os órgãos, autarquias e fundações da administração pública encaminharão proposta de estruturação para análise e manifestação da SMPOG de acordo com normas definidas em regulamento pelo Poder Executivo.

Seção II Da Administração Direta

Art. 30 – A administração direta constitui-se de órgãos, sem personalidade jurídica, criados por lei, em decorrência da desconcentração e da hierarquia.

Parágrafo único - A administração direta compreende:

I – o Gabinete do Prefeito;

II – o Gabinete do Vice-Prefeito;

III – as secretarias municipais;

IV – os órgãos autônomos;

V – os órgãos colegiados.

Subseção I Do Gabinete do Prefeito e do Gabinete do Vice-Prefeito

Art. 31 – O Gabinete do Prefeito – GP – tem como competência:

I – elaborar, instruir e dar publicidade aos atos oficiais de governo;

II – promover a análise técnico-legislativa para o exercício das competências legislativas e do poder regulamentar;

III – assistir diretamente o Prefeito no desempenho de suas atribuições;

IV – edição e gestão das publicações no diário oficial do município.



Art. 32 – O Gabinete do Vice-Prefeito – GVP – tem como competência prestar apoio e assessoramento administrativo, operacional e técnico ao Vice-Prefeito no desempenho de suas atribuições definidas pela Lei Orgânica do Município e nas funções a ele conferidas por lei ou delegadas pelo Prefeito, bem como colaborar com o Prefeito no acompanhamento das metas governamentais.

Art. 33 – O apoio técnico, logístico e operacional para o funcionamento dos Gabinetes do Prefeito e do Vice-Prefeito será prestado pela Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social e pela Secretaria Municipal de Governo, respectivamente.

Subseção II Das Secretarias Municipais

Art. 34 – As secretarias municipais que compõem a administração direta e suas competências são as constantes nesta subseção.

§ 1º – Compõem a estrutura organizacional da administração direta as seguintes secretarias:

I – Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC;

II – Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS;

III – Secretaria Municipal de Cultura – SMC;

IV – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE;

V – Secretaria Municipal de Educação – SMED;

VI – Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL;

VII – Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA;

VIII – Secretaria Municipal de Governo – SMGO;

IX – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA;

X – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI;

XI – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG;

XII – Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU;

XIII – a Secretaria Municipal de Saúde – ~~SM~~SA;

XIV – Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP.



§ 2º – As secretarias municipais organizam-se conforme a seguinte estrutura básica:

I – Gabinete;

II – Assessoria Jurídica;

III – Assessoria de Comunicação Social;

IV – Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças;

V – Subsecretarias.

§ 3º – As subsecretarias a que se refere o inciso V do § 2º deste artigo serão denominadas e especificadas em decreto.

§ 4º – As estruturas básicas das secretarias poderão excepcionalmente não conter diretoria de planejamento, gestão e finanças ou subsecretarias.

Art. 35 – A Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC – tem como competência planejar, coordenar e executar:

I – a política municipal de assistência social, por intermédio do Sistema Único da Assistência Social – Suas-BH, observados os objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional;

II – a política municipal de segurança alimentar e nutricional sustentável, por intermédio do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Sisan;

III – a articulação da política de garantia de direitos de cidadania para a preservação, defesa e equidade dos direitos das famílias e indivíduos, especialmente das crianças e adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência, os jovens e idosos, a população LGBT, negra, quilombola e cigana;

IV – o desenvolvimento de estratégias intersetoriais de governo que visem ao atendimento dos públicos assistidos pela SMASAC;

V – as atividades relativas:

a) à integração e valorização da juventude;

b) aos direitos humanos e cidadania;

c) ao enfrentamento da violência e à promoção da autonomia das mulheres;

d) aos programas e atividades de apoio à pessoa com deficiência e à pessoa que apresenta dependência química;

e) às políticas de gênero e da população idosa;

VI – o apoio administrativo e assessoramento técnico aos conselhos tutelares;



VII – o acesso regular e permanente da população em situação de rua ao restaurante popular, assegurando-lhe o direito a refeições necessárias e adequadas.

§ 1º – Integram a área de competência da SMASAC:

I – por subordinação administrativa:

- a) o Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte – CMI-BH;
- b) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- c) o Conselho Tutelar - CT;
- d) o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Belo Horizonte – Comusan-BH;
- e) o Conselho de Alimentação Escolar – CAE;
- f) o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
- g) Conselho Municipal do Auxílio de Transporte Escolar – Comate;
- h) o Conselho Municipal da Juventude – Comjuve;
- i) o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;
- j) o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD;
- k) o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – Compir.

§ 2º – Cabe à SMASAC gerir:

- I – o Fundo Municipal de Assistência Social;
- II – o Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar;
- III – o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV – o Fundo Municipal do Idoso;
- V – o Fundo Municipal do Auxílio de Transporte Escolar;
- VI – o Fundo Municipal da Merenda Escolar;
- VII – o Fundo Municipal de Proteção e Defesa das Minorias;
- VIII – o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 36 – A Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS – tem como competência coordenar e desenvolver as atividades de:



I – interlocução com o Poder Legislativo municipal, com os demais entes federados e com organismos da sociedade civil;

II – articulação política intragovernamental e intergovernamental;

III – relações públicas e cerimonial;

IV – comunicação externa e interna do Poder Executivo;

V – assessoria de imprensa, cobertura e distribuição de material jornalístico;

VI – ajudância de ordens e segurança pessoal do Prefeito;

VII – assessoramento nas relações institucionais entre o poder executivo municipal, a Polícia Militar de Minas Gerais, o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Organizações Militares, Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Federal;

VIII – apoio e assessoramento ao Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único – As funções previstas nos incisos VI e VII deste artigo serão exercidas por servidores da ativa da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG, cedidos pela referida corporação, observada a legislação própria da instituição.

Art. 37 – A Secretaria Municipal de Cultura – SMC – é órgão gestor do Sistema Municipal de Cultura, previsto no § 4º do art. 216-A da Constituição da República, e tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município relativas:

I – ao pleno exercício dos direitos culturais e à democratização do acesso à cultura;

II – à promoção da diversidade cultural e à proteção do patrimônio cultural material e imaterial de Belo Horizonte;

III – ao incentivo à produção, à valorização e à difusão do conjunto das manifestações artístico-culturais.

§ 1º – A SMC, no exercício de suas competências, atuará em cooperação com os demais entes federados e com os diferentes segmentos culturais na articulação dos sistemas de cultura.

§ 2º – Integram a área de competência da SMC:

I – por subordinação administrativa:

a) o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – CDPCM;

b) o Conselho Municipal de Política Cultural – Comuc;



c) a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC;

d) o Conselho Consultivo do Eixo Cultural Rua da Bahia Viva - CONCECBV;

II – por vinculação, a Fundação Municipal de Cultura – FMC;

§ 3º – Cabe à SMC gerir:

I – o Fundo Municipal de Cultura;

II – o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte – FPPC-BH.

§ 4º – A estrutura orgânica básica da SMC será composta pelo Gabinete e o apoio técnico, logístico e operacional para o funcionamento da SMC será prestado pela FMC, nos termos de decreto.

Art. 38 – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE – tem como competência planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município relativas:

I – à política municipal de desenvolvimento econômico;

II – à promoção e ao fomento da indústria, do comércio, dos serviços, do cooperativismo, do artesanato, dos arranjos produtivos locais, da economia solidária e da economia criativa;

III – ao apoio e ao fomento das microempresas e empresas de pequeno e médio porte e do microempreendedor individual;

IV – ao apoio à logística em geral e ao comércio exterior;

V – à prospecção, identificação e criação de oportunidades locais, nacionais e internacionais de negócios, promovendo a atração de investimentos para o Município;

VI – ao estímulo e incentivo à instalação e manutenção de empreendimentos na cidade;

VII – ao desenvolvimento e ao fomento da pesquisa, da inovação e do empreendedorismo;

VIII – ao apoio à geração e à aplicação do conhecimento científico e tecnológico;

IX – às atividades de proteção e defesa do consumidor;

X – à política de investimento em qualificação e requalificação profissional e em geração de emprego;

XI – à coordenação da gestão municipalizada dos programas da política pública de trabalho promovidas pela União;



XII – à articulação e ao fomento das atividades turísticas do Município;

XIII – assessoramento ao Prefeito no cumprimento da agenda internacional, bem como na realização do receptivo de missões, autoridades e instituições financeiras;

XIV – a programas estratégicos para o desenvolvimento urbano, em articulação com a Secretaria Municipal de Política Urbana;

§ 1º – Integram a área de competência da SMDE:

I – por subordinação administrativa:

a) o Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Comtur-BH;

b) o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – Codecom;

c) o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – Comdecon-BH;

II – por vinculação, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A – Belotur.

§ 2º – Cabe à SMDE gerir:

I – o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II – o Fundo de Defesa do Consumidor;

III – o Fundo Municipal de Turismo.

Art. 39 – A Secretaria Municipal de Educação – SMED – tem como competência:

I – coordenar a formulação e a execução da política educacional e pedagógica do Município, visando à garantia do direito ao acesso, permanência e aprendizagem na educação básica e ao cumprimento dos preceitos e princípios constitucionais;

II – proporcionar o acesso e a permanência na educação básica em todos os seus níveis e nas modalidades de educação especial e educação de jovens e adultos;

III – coordenar as atividades de organização escolar nos aspectos legal, administrativo, financeiro e da estrutura física e material;

IV – desenvolver e coordenar o acompanhamento e supervisão das atividades pedagógicas e do Sistema Municipal de Ensino;

V – desenvolver e coordenar a implementação de políticas de formação continuada, destinadas ao aperfeiçoamento dos profissionais da educação.

Parágrafo único – Integram a área de competência da SMED:



I – por subordinação administrativa:

a) o Conselho Municipal de Educação – CME;

b) o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Art. 40 – A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL – tem como competência planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as atividades setoriais a cargo do Município que visem ao desenvolvimento social, por meio de ações relacionadas ao esporte e ao lazer.

Parágrafo único – Integra a área de competência da SMEL, por subordinação administrativa, o Conselho Municipal de Política de Esportes de Belo Horizonte – CMES-BH.

Art. 41 – A Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA – tem como competência:

I – planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar:

a) a política e a administração tributária e fiscal;

b) a gestão dos recursos financeiros;

c) a política de parcerias público-privadas;

d) as atividades contábeis relativas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Direta e dos Fundos Municipais;

e) a captação e renegociação de operações de crédito junto ao sistema financeiro e demais organismos financiadores;

II – exercer a orientação normativa, a supervisão técnica e o controle das atividades contábeis relativas à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Indireta;

III – coordenar e exercer o controle dos créditos devidos ao Município e dos procedimentos relacionados a sua cobrança e arrecadação;

IV – rever, em instância administrativa, o crédito tributário constituído e impugnado pelo sujeito passivo da obrigação tributária;

V – coordenar e controlar as atividades relativas a fiscalização, lançamento e arrecadação dos tributos municipais, mantendo atualizado os respectivos cadastros;

VI – coordenar e controlar o recebimento das receitas municipais, os pagamentos dos compromissos do Município e as operações relativas à financiamentos e repasses;



VII – coordenar e executar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

VIII – formular e coordenar as políticas de recursos logísticos e do patrimônio mobiliário e imobiliário, inclusive no que se refere aos serviços gerais, as atividades de comunicação, arquivo, telefonia, gráfica, transporte, suprimentos, conservação e limpeza;

IX – colaborar com a SMPOG, na coordenação da política de remuneração e relações de trabalho dos servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo;

X – supervisionar e executar os procedimentos referentes as normas de finanças relativas à gestão fiscal e verificar o cumprimento das formalidades dos atos relacionados com o processamento e pagamento das despesas municipais;

XI – coordenar o sistema de gerenciamento do patrimônio do Poder Executivo, respeitada a competência da Secretaria Municipal de Política Urbana, quanto ao patrimônio específico, em atendimento ao disposto no inciso VIII deste artigo;

XII – coordenar e executar a organização da legislação tributária municipal e orientar os contribuintes sobre a sua correta aplicação;

XIII – coordenar, controlar e promover a inscrição em dívida ativa dos créditos devidos ao Município, a sua cobrança administrativa, o protesto extrajudicial e a emissão das certidões de dívida ativa.

§ 1º – Integra a área da SMFA, por vinculação, a Empresa PBH Ativos S.A.

§ 2º – Cabe à SMFA gerir o Fundo de Modernização Tributária.

§ 3º – Cabe à SMFA gerir o Fundo Municipal de Saneamento.

Art. 42 – A Secretaria Municipal de Governo – SMGO – tem como competência:

I – coordenar as atividades de apoio às ações políticas de governo;

II – planejar e coordenar, com participação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, as políticas de mobilização social;

III – prestar apoio e assessoramento ao Gabinete do Vice-Prefeito.

Art. 43 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA – tem como competência elaborar e implementar a política ambiental do Município, visando promover a proteção, conservação e melhoria da qualidade de vida da população, bem como:

I – coordenar, elaborar e executar a política de recursos hídricos e de proteção e preservação da biodiversidade no Município;

II – coordenar, executar e monitorar a política de educação ambiental do Município;



III – coordenar e executar as atividades de controle ambiental, deliberando sobre o licenciamento ambiental e a avaliação dos empreendimentos de impacto e das respectivas medidas mitigadoras ou compensatórias;

IV – normatizar e monitorar a política de áreas verdes e de arborização do Município e desenvolver estudos e projetos sobre a matéria;

V – planejar, implementar e coordenar a política de enfrentamento às mudanças climáticas do Município e incentivar estratégias de desenvolvimento sustentável;

VI – articular a parceria e a participação de Belo Horizonte em redes colaborativas nacionais e internacionais, especialmente aquelas voltadas para a organização e atuação de cidades ou governos locais no enfrentamento às mudanças climáticas;

VII – coordenar a elaboração de propostas de legislação ambiental municipal;

VIII – prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - Comam.

§ 1º – Integram a área de competência da SMMA:

I – por subordinação administrativa, o Conselho Municipal de Meio Ambiente – Comam;

II – por vinculação, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB.

§ 2º – Compete à SMMA gerir:

I – o Fundo Municipal de Defesa Ambiental;

II – o Fundo de Operação do Parque das Mangabeiras.

Art. 44 – A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI – tem como competência planejar, coordenar, controlar, regular e avaliar as ações setoriais a cargo do Município relativas a obras públicas, infraestrutura urbana e moradia, especialmente no que se refere:

I – à elaboração e a execução do orçamento referente a planos, programas e projetos de obras de edificação, pavimentação, infraestrutura, moradia e saneamento básico relativo ao sistema de drenagem;

II – ao planejamento, acompanhamento, fiscalização e execução de trabalhos topográficos e geotécnicos das obras municipais;

III – à implementação de obras relativas aos sistemas viário e rodoviário municipal;

IV – à coordenação e a elaboração das políticas de estruturação urbana, de habitação, de saneamento básico, drenagem, de transporte e trânsito e de limpeza urbana;



V – à contratação de serviços de saneamento básico e limpeza urbana, como varrição, capina, coleta de lixo e disposição final de resíduos sólidos, inclusive sob a forma de concessão ou permissão, nos termos da legislação vigente;

VI – à coordenação, monitoramento e avaliação da implementação dos planos, programas e projetos de obras de saneamento básico relativo ao sistema de drenagem, pavimentação, infraestrutura, edificação de próprios públicos, equipamentos urbanos e de conjuntos habitacionais e de intervenções em Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS, de forma integrada e intersetorial, inclusive sob a forma de concessão ou permissão;

VII – políticas de proteção e defesa civil, notadamente no que se refere a:

a) articulação da definição e da implementação das políticas de Proteção e Defesa Civil do Município de forma integrada e intersetorial;

b) coordenação e implantação de programas de treinamento para voluntariado;

VIII – coordenar a implantação das diretrizes da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil no município de forma integrada e intersetorial;

IX – coordenar o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) no Município, articulando-se, em caráter cooperativo, com outros órgãos e entidades públicas ou privadas integrantes do Sistema;

X – coordenar as atividades de prevenção, mitigação, preparação, resposta e de recuperação, relacionadas aos riscos e desastres na cidade.

§ 1º – A SMOBI, em conjunto com a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel, manterá o banco de dados unificado das famílias beneficiadas pelos programas do Município.

§ 2º – A competência de que trata os incisos III e V do *caput* deste artigo poderá ser delegada às entidades da Administração Indireta do Poder Executivo, no todo ou em parte, por meio de ato específico do titular da pasta.

§ 3º – Integram a área de competência da SMOBI:

I – por subordinação administrativa:

a) o Conselho Municipal de Habitação – CMH;

b) o Conselho Municipal de Saneamento – Comusa;

c) o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana – Comurb.

II – por vinculação:

a) a Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap;

b) a Superintendência de Limpeza Urbana – SLU;



c) a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel;

d) a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans.

§ 4º – Compete à SMOBI gerir:

I – o Fundo Municipal de Habitação Popular;

II – o Fundo Municipal de Saneamento;

III – o Fundo da Operação Urbana BH Morar/ Capitão Eduardo;

IV – o Fundo da Operação Urbana do Isidoro;

V – o Fundo de Transportes Urbanos – FTU;

VI – o Fundo Municipal de Calamidade Pública.

§ 5º – Compete ainda à SMOBI prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Habitação – CMH –, ao Conselho Municipal de Saneamento – Comusa – e ao Conselho Municipal de Mobilidade Urbana – Comurb.

Art. 45 – A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG – tem como competência:

I – coordenar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas;

II – coordenar a formulação, a execução e a avaliação das políticas públicas de:

a) recursos humanos;

b) pagamento de pessoal;

c) saúde ocupacional;

d) orçamento;

e) governo eletrônico e de tecnologia da informação;

f) organização e modernização administrativa;

g) atendimento ao cidadão;

III – planejar, gerir e monitorar o Regime Próprio de Previdência Municipal, assim como os seus respectivos Fundos;

IV – coordenar, articular e monitorar, em colaboração com os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, a gestão da execução de contratos de financiamento e convênios;



V – planejar, controlar e coordenar, com a colaboração da Secretaria Municipal de Fazenda e dos demais órgãos e entidades da Administração Pública, a captação e a negociação de recursos junto a organismos multilaterais e agências governamentais internacionais e monitorar a sua aplicação;

VI – coordenar, em conjunto com a SMFA, a política de remuneração e relações de trabalho dos servidores e dos empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Executivo;

VII – validar junto a Prodabel diretrizes para a gestão de tecnologia de informação e comunicação da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

§ 1º – Integram a área de competência da SMPOG:

I – por subordinação administrativa:

- a) o Conselho Municipal de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Compat;
- b) o Conselho de Administração de Pessoal – Conap;

II – por vinculação, a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S.A. – Prodabel.

§ 2º – Cabe à SMPOG gerir:

- I – o Fundo Previdenciário – BHPrev;
- II – o Fundo Financeiro - Fufin.

Art. 46 – A Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU – tem como competência:

I - coordenar e articular as políticas de planejamento, de regulação e de fiscalização urbana para o desenvolvimento urbano sustentável e para o cumprimento da função social da propriedade;

II - implementar ações que proporcionem qualidade do espaço público por meio de iniciativas de planejamento urbano, coordenação de projetos urbanos especiais, regulação e fiscalização do uso do logradouro público bem como disciplinamento das posturas municipais;

III - implementar e monitorar o Plano Diretor Municipal e os instrumentos de política urbana para a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

IV - implementar a regulação e o controle urbano, por meio do ordenamento territorial e do controle do parcelamento, da ocupação e do uso do solo e do logradouro público;

V - promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento das posturas municipais;



VI - implementar a política de fiscalização nas áreas de controle urbano e ambiental, inclusive mediante delegação para outros órgãos e entidades da Administração Municipal;

VII - elaborar propostas de legislação urbanística municipal;

VIII - monitorar o desenvolvimento urbano e gerenciar o sistema de informações urbanísticas;

IX - elaborar planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

X - coordenar as atividades de licenciamento de empreendimentos de impacto;

XI - planejar, articular e monitorar no âmbito municipal as políticas de articulação metropolitana;

XII - promover e coordenar processos participativos e de educação urbana para planejamento e gestão do ordenamento e da apropriação do solo urbano.

Parágrafo único – Integra a área de competência da SMPU, por subordinação administrativa:

I - o Conselho Municipal de Política Urbana – Compur;

II - as Juntas Integradas de Julgamento Fiscal e a Junta Integrada de Recursos Fiscais, incumbidas de julgar em primeira e segunda instância administrativa, respectivamente, os contenciosos administrativos decorrentes das ações fiscais nas áreas de atividades em vias urbanas, controle ambiental, limpeza urbana, obras e posturas.

Art. 47 – A Secretaria Municipal de Saúde – SMSA – tem como competência:

I – coordenar e executar programas, projetos e atividades visando promover o atendimento integral à saúde da população do Município, como gestora municipal do Sistema Único de Saúde – SUS;

II – promover a normalização técnica complementar ao âmbito estadual e municipal;

III – planejar e coordenar, nos níveis ambulatorial e hospitalar, as atividades de:

a) atenção integral à saúde;

b) vigilância em saúde, incluindo controle de zoonoses, saúde do trabalhador, fiscalização e vigilância sanitária, mediante, inclusive, a delegação a outros órgãos e entidades da Administração Municipal;

c) controle, avaliação e regulação da rede contratada e conveniada do SUS, articulando-se com os outros níveis de gestão do SUS para as atividades integradas de atenção e gestão da saúde na região metropolitana de Belo Horizonte;



IV – coordenar as atividades dos distritos sanitários, em colaboração com as Coordenadorias de Atendimento Regional;

V – coordenar a política sobre drogas;

VI – prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saúde e ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte – CMPD-BH.

§ 1º – Integram a área de competência da SMSA:

I – por subordinação administrativa, o Conselho Municipal de Saúde – CMS – e o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas de Belo Horizonte – CMPD-BH;

II – por vinculação, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens – HOB – e o Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro.

§ 2º – Cabe à SMSA gerir o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo Municipal sobre Drogas.

Art. 48 – A Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP – tem como competência:

I – no âmbito das políticas de segurança no Município:

a) planejar a operacionalidade das políticas de segurança com vistas à redução da criminalidade;

b) viabilizar o entrosamento do Poder Público Municipal com os órgãos de segurança de outros níveis federativos que atuem no Município;

c) auxiliar a obtenção de linhas de crédito específicas para programas voltados para a segurança;

d) fomentar a participação da comunidade na formulação e aplicação das políticas de segurança;

II – no âmbito das políticas de segurança social:

a) financiar estudos e desenvolver projetos voltados à segurança, em parceria com a comunidade, órgãos públicos e entidades da sociedade civil;

b) planejar a operacionalidade das políticas públicas de segurança social, em conjunto com órgãos municipais, visando à diminuição da criminalidade;

c) formular e aplicar, diretamente ou em colaboração com órgãos municipais, métodos preventivos para reduzir a violência e a sensação de insegurança;

III – prestar apoio técnico e administrativo às unidades de alistamento militar, em colaboração com os demais entes federados;

IV – no âmbito das políticas de guarda municipal:



- a) garantir a segurança aos órgãos, serviços, bens e instalações do patrimônio municipal;
- b) prestar serviços de vigilância e de portaria das administrações direta e indireta;
- c) auxiliar nas ações de defesa civil e de fiscalização municipal, sempre que em risco bens, serviços e instalações municipais e, em situações excepcionais, a critério do Prefeito;
- d) atuar na fiscalização, controle e orientação de trânsito diante de situações excepcionais, em articulação com a BHTrans;
- e) patrulhamento preventivo.

§ 1º – A proteção dos bens, serviços e instalações do Município, prevista na alínea “a” do inciso IV deste artigo, inclui a atividade de orientação e proteção dos agentes públicos e dos usuários dos serviços públicos.

§ 2º – Integra a área de competência da SMSP, por subordinação administrativa, o Conselho Municipal de Defesa Social - CMDS.

Subseção III Dos Órgãos Autônomos

Art. 49 – São órgãos autônomos do Poder Executivo, subordinados diretamente ao Prefeito:

I – a Procuradoria-Geral do Município – PGM;

II – a Controladoria-Geral do Município – CTGM.

Art. 50 – A Procuradoria-Geral do Município – PGM – tem como competência planejar, coordenar, controlar e executar as atividades jurídicas de interesse do Município, notadamente no que se refere às atividades de:

I – consultoria e assessoramento jurídico à Administração Direta e assistência ao Prefeito nos assuntos relativos à entidade da Administração Indireta;

II – representação do Município em qualquer juízo ou tribunal;

III – execução judicial, em caráter privativo, da dívida ativa;

IV – coordenação e implementação de honorários decorrentes de sua atuação em juízo, observado o critério de participação coletiva dos procuradores municipais;

V – representação de servidores públicos do Poder Executivo em ações judiciais e processos administrativos nos quais figurem como parte em razão de atos praticados no exercício regular de cargo ou função, desde que em consonância com as orientações previstas em regulamento.



§ 1º – A representação pela PGM de interesse de entidade da Administração Indireta em qualquer juízo ou tribunal dar-se-á mediante regime de colaboração, formalizado pela entidade e autorizado pelo Prefeito.

§ 2º – As competências dispostas no inciso I deste artigo poderão ser delegadas, no todo ou em parte, às Assessorias Jurídicas ou aos respectivos titulares da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, mediante ato formal do Procurador-Geral do Município a ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM.

§ 3º – O ato de delegação de que trata o § 2º deste artigo poderá se dar por prazo indeterminado e especificará as matérias, os poderes transferidos e os limites da atuação do delegado.

§ 4º – Cabe à PGM gerir o Fundo da Procuradoria-Geral do Município.

Art. 51 – A PGM tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I – Gabinete;

II – Assessoria de Comunicação Social;

III – Diretoria de Planejamento, Gestão e Finanças;

IV – Subprocuradorias.

Art. 52 – A Controladoria-Geral do Município – CTGM, órgão central do controle interno do Poder Executivo, tem como competência promover a defesa do patrimônio público, o controle interno, a auditoria pública, a correição, a prevenção e o combate à corrupção, ao incremento da transparência da gestão e ao acesso à informação no âmbito da administração pública municipal.

§ 1º – A CTGM, enquanto órgão central do controle interno do Poder Executivo, será responsável por:

I – coordenar e executar a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II – coordenar e executar o controle interno, visando a exercer a fiscalização do cumprimento das normas de planejamento e finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

III – determinar a instauração de tomada de contas especiais pela autoridade competente ou, se for o caso, avocar a competência para tomada de contas em caso de omissão ou irregularidade;

IV – coordenar e executar a auditoria interna preventiva e de controle dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;



V – coordenar e executar as atividades relativas à disciplina de servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta do Município;

VI – apoiar o controle externo no exercício de sua missão constitucional;

VII – adotar medidas necessárias à implementação e ao funcionamento integrado do sistema de controle interno;

VIII – supervisionar e executar as atividades de atendimento, recepção, encaminhamento e resposta às questões formuladas pelo cidadão, junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município;

IX – desenvolver mecanismos de prevenção e combate à corrupção;

X – instaurar e julgar investigações preliminares e processos administrativos de responsabilização de pessoa jurídica pela prática dos atos lesivos à administração pública municipal previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

XI – suspender cautelarmente, de ofício ou mediante provocação, em qualquer fase, procedimentos licitatórios e editais de concurso público, sempre que houver indícios de fraude ou graves irregularidades que exijam a medida;

XII – recomendar ao gestor competente que adote os procedimentos necessários para suspensão de contratos em execução, sempre que houver indícios de fraude ou graves irregularidades que exijam a medida;

XIII – assistir diretamente ao Prefeito nas matérias de que trata este artigo.

§ 2º – Cabe ao Controlador-Geral do Município celebrar acordos de leniência com pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos no inciso X do § 1º deste artigo.

Art. 53 – A CTGM tem a seguinte estrutura orgânica básica:

I – Gabinete;

II – Assessoria Jurídica;

III – Assessoria de Comunicação Social;

IV – Diretoria de Planejamento, Finanças e Gestão;

V – Subcontroladorias.

Parágrafo único – As atribuições das unidades a que se refere o *caput* deste artigo serão estabelecidas em decreto.

Art. 54 – Os agentes públicos dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão disponibilizar os documentos e informações solicitados pela Controladoria-Geral do Município, sob pena de responsabilidade administrativa.



Seção III Da Administração Indireta

Art. 55 – A administração indireta constitui-se de entidades, com personalidade jurídica, dotadas de autonomia administrativa e funcional, criadas ou autorizadas para fins definidos em leis específicas, nos termos da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único – A administração indireta compreende:

- I – as fundações;
- II – as autarquias;
- III – as empresas públicas;
- IV – as sociedades de economia mista;
- V – demais entidades de direito privado, sob controle direto ou indireto do Município.

Art. 56 – As autarquias organizam-se conforme a seguinte estrutura básica:

- I – Conselho de Administração;
- II – Direção Superior: Superintendente;
- III – Unidades Administrativas:
 - a) Gabinete;
 - b) Assessoria de Comunicação Social;
 - c) Diretorias.

Parágrafo único – As diretorias a que se refere este artigo serão denominadas e especificadas em decreto.

Art. 57 – As fundações organizam-se conforme a seguinte estrutura básica:

- I – Conselho Curador;
- II – Direção Superior: Presidente;
- III – Unidades Administrativas:
 - a) Gabinete;
 - b) Assessoria de Comunicação Social;
 - c) Diretorias.



§ 1º – As diretorias a que se refere este artigo serão denominadas e especificadas em decreto.

§ 2º – Os Conselhos Curadores das Fundações e os Conselhos de Administração das Autarquias não serão remunerados.

Art. 58 – A Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – tem como competência:

I – implementar a política governamental para o Plano de Obras do Município, bem como aquela relativa ao planejamento e a execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em colaboração com a Administração Direta do Poder Executivo;

II – elaborar projetos e executar obras, inclusive em ZEIS, conforme os planos definidos pela SMOBI;

III – executar os serviços e obras de manutenção dos bens imóveis e logradouros públicos;

IV – gerenciar, por delegação específica, os contratos de obras e serviços de engenharia firmados pelo Município;

V – executar, mediante regime de concessão, os serviços relativos ao abastecimento de água, luz e esgotamento sanitário do Município, inclusive suas atividades acessórias, conforme os planos definidos pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura e em colaboração com os demais entes federados.

Parágrafo único – A Sudecap prestará suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saneamento – Comusa.

Art. 59 – A Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU, tem como competência:

I – implementar a política governamental para o Sistema de Limpeza Urbana e de metas do Plano Diretor de Resíduos Sólidos em colaboração com a Administração Direta do Poder Executivo;

II – elaborar e executar, diretamente ou indiretamente, projetos e serviços de limpeza, coleta domiciliar e seletiva;

III – realizar atividades de envolvimento, sensibilização e conscientização da sociedade em relação à limpeza urbana e ao adequado manejo do lixo;

IV – colaborar com a SMOBI no exercício do poder de polícia, no âmbito do Sistema de Limpeza Urbana, sobre os serviços e as condutas dos operadores e usuários;

V – gerenciar, por delegação específica, os contratos de serviços de limpeza e conservação de vias públicas e congêneres firmados pelo Município, empenhados pela SMOBI.



Art. 60 – A estrutura complementar e as atribuições decorrentes das competências da Sudecap e da SLU serão especificadas em decreto.

Art. 61 – A Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB – tem como competência desenvolver atividades, programas e projetos de conservação e desenvolvimento:

I – da flora e da fauna;

II – de conservação, administração e manutenção dos parques municipais, bem como dos equipamentos de conservação ambiental e de lazer do Município;

III – de eventos de educação e manejo ambientais voltados para as atividades de lazer, cultura, esporte e recreação, associados à proteção e valorização dos recursos florísticos e faunísticos;

IV – do planejamento e da execução do sistema de gerenciamento das necrópoles municipais.

Art. 62 – A Fundação Municipal de Cultura – FMC – tem como competência planejar, desenvolver projetos, programas e atividades da ação cultural, com vistas a promover a política cultural do Município com atividades que visem ao desenvolvimento cultural.

§ 1º – Para fins do disposto no *caput* deste artigo, cabe à FMC:

I – planejar e coordenar as atividades e gerenciar as casas de espetáculos, museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e outras atividades culturais promovidas ou patrocinadas pelo Município;

II – promover atividades de lazer, recreação e manifestações culturais organizadas pela população dos bairros ou de interesse desta;

III – implantar a política municipal de arquivos, mediante o recolhimento e catalogação de documentos produzidos e recebidos pela Administração Pública no âmbito do Poder Executivo, bem como estabelecer normas, gerir, conservar e organizar os arquivos públicos municipais, de modo a facultar o seu acesso ao público interessado;

IV – elaborar a política de proteção do patrimônio histórico urbano, em articulação com a política pública de estruturação urbana do Município.

§ 2º – Cabe à FMC prestar suporte técnico e administrativo ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural.

Art. 63 – Constituem patrimônio da Fundação Municipal de Cultura os bens que adquirir e os legados e doações que receber.

§ 1º – Os bens e direitos da Fundação serão utilizados e aplicados exclusivamente na consecução de sua finalidade.

§ 2º – A alienação de bens da Fundação dependerá de prévia aprovação de seu Conselho Curador.



Art. 64 – Constituem receitas da Fundação Municipal de Cultura:

- I – dotação orçamentária consignada anualmente no orçamento do Município;
- II – renda resultante da remuneração de serviços prestados;
- III – renda patrimonial, inclusive a proveniente de cessão, concessão e permissão de uso de bens imóveis;
- IV – subvenção ou auxílio de órgão ou entidade pública ou privada, nacional, estrangeira ou internacional;
- V – recurso proveniente de incentivo fiscal;
- VI – contribuição e donativos em geral;
- VII – empréstimos;
- VIII – renda proveniente da aplicação financeira;
- IX – outras rendas.

CAPÍTULO IV DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 65 – Compõem o Quadro Geral de cargos de provimento em comissão da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal:

- I – os cargos do Grupo de Direção Superior Municipal – DSM, constante no Anexo I desta Lei;
- II – os cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Municipal – DAM da administração direta do Poder Executivo Municipal, da Fundação Municipal de Cultura e da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, constante no Anexo II desta Lei;
- III – os cargos dos Quadros Específicos das Secretarias Municipais de Educação, de Saúde, de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e de Segurança e Prevenção, constante no Anexo III desta Lei;

IV – os cargos do Grupo de Autarquias, constantes no Anexo IV desta Lei.

§ 1º – Os cargos que compõem o Quadro Geral a que se refere o *caput* deste artigo observarão as seguintes regras:

- I – provimento por ato do Prefeito;



II – jornada de trabalho de 40 horas semanais.

§ 2º – Os cargos do grupo DSM a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo serão remunerados por subsídio, nos termos do § 4º do art. 39 da Constituição da República, conforme tabela constante do Anexo V desta Lei e serão reajustados nos mesmos índices e datas do reajuste concedidos aos cargos de Secretário Municipal.

§ 3º – Os cargos do grupo DAM a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo serão remunerados conforme tabelas constantes nos Anexos VI e VII desta Lei.

Art. 66 – O recrutamento dos cargos que compõem o Quadro Geral de cargos de que trata o art. 65 desta Lei será:

I – limitado, quando providos por servidor ou empregado público ocupante de cargo ou emprego efetivo da administração pública municipal;

II – amplo, quando provido por qualquer cidadão ocupante ou não de cargo ou emprego efetivo da administração pública municipal.

§ 1º – Para fins do disposto no *caput* deste artigo, aplicam-se ao provimento dos cargos em comissão do Poder Executivo Municipal as seguintes regras:

I – no caso dos cargos a que se refere o inciso I do art. 65 desta Lei, por recrutamento amplo;

II – nos casos dos cargos a que se referem os incisos II e IV do art. 65 desta Lei, por recrutamento limitado e amplo, na proporção de 65% (sessenta e cinco por cento) e 35% (trinta e cinco por cento) do total de cargos, respectivamente, considerando nesse cômputo os cargos a que se refere o inciso III do art. 65 desta Lei e as funções gratificadas a que se refere a Seção III deste Capítulo;

III – nos casos dos cargos a que se refere o inciso III do art. 65 desta Lei, por recrutamento limitado.

§ 2º – Na hipótese de o cômputo do percentual de que trata o § 1º deste artigo resultar número fracionário de cargos, deverá ser considerado o número inteiro imediatamente superior.

Seção II

Dos Cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Municipal – DAM

Art. 67 – Os cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Municipal – DAM – são graduados em nove níveis, correspondendo a cada nível um valor em DAM-unitário e o valor da remuneração, nos termos do Anexo VI desta lei.

§ 1º - O total de pontos unitários de DAM do Poder Executivo Municipal é 4.845 (quatro mil e oitocentos e quarenta e cinco).

§ 2º – O quantitativo de cargos de provimento em comissão em cada nível de graduação atribuído aos órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal, da



Fundação Municipal de Cultura e da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica será disposto em decreto.

Art. 68 – Os cargos do grupo DAM têm como atribuição a direção e a chefia de unidades administrativas, equipes de trabalho, projetos e programas, e o assessoramento técnico ou especializado nos órgãos da Administração Direta e nas fundações.

Parágrafo único – A remuneração dos cargos de que trata esta seção corresponde ao índice DAM-unitário, conforme a graduação em níveis constante no Anexo VI desta Lei.

Art. 69 – Para os efeitos desta lei, a lotação de cargo de provimento em comissão em unidades administrativas não fica sujeita à associação entre cargo e estrutura.

Art. 70 – É requisito para o provimento dos cargos de que trata o art. 67 desta Lei:

I – nível médio de escolaridade, para os cargos de níveis 1 a 3;

II – nível superior de escolaridade, para os cargos de níveis 4 a 9;

§ 1º – Se as atividades de direção, chefia e assessoramento a serem desempenhadas em determinada unidade incluírem a prática de atos para os quais se exija habilitação profissional específica, nos termos da legislação pertinente, o provimento no respectivo cargo fica condicionado ao cumprimento do requisito legal de habilitação profissional.

§ 2º – O requisito de escolaridade estabelecido para o exercício do cargo previsto no inciso II deste artigo poderá ser dispensado nos casos de comprovada capacitação funcional específica, qualificação e experiência para a função a ser exercida.

Art. 71 – Para fins de representação e protocolo, o servidor investido em cargo de provimento em comissão do grupo DAM, nomeado ou designado para responder por unidade administrativa da estrutura orgânica dos órgãos da Administração direta e das fundações do Poder Executivo, utilizará denominação complementar de Diretor, Gerente, Coordenador, Chefe, Assessor-Chefe correspondente à unidade pela qual responda, nos termos do ato de nomeação.

Seção III

Das Funções Gratificadas de Coordenação e Assessoramento

Art. 72 – Ficam criadas, no âmbito da administração direta e das fundações do Poder Executivo Municipal, as Funções Gratificadas de Coordenação e Assessoramento – FCAs, que poderão ser atribuídas aos servidores de cargo de provimento efetivo ou emprego público municipal, para o assessoramento técnico ou especializado e a coordenação de atividades, projetos, programas e equipes de trabalho.

§ 1º – As funções a que se refere o *caput* deste artigo são graduadas em cinco níveis, em razão da complexidade das atribuições.



§ 2º – O total de pontos unitários de FCA do Poder Executivo Municipal é 696 (seiscentos e noventa e seis).

§ 3º – O valor de cada função a que se refere o *caput* deste artigo corresponde ao índice FCA-unitário, conforme a graduação em níveis constante do Anexo VIII desta Lei.

§ 4º – O quantitativo de FCA distribuídos em cada nível de graduação atribuído aos órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal e das Fundações será definida em decreto.

§ 5º – No caso em que for atribuída a FCA a servidor titular de emprego público, a referida gratificação receberá tratamento jurídico de gratificação em comissão, na forma da legislação celetista.

§ 6º – A FCA também poderá ser atribuída aos servidores públicos ocupantes de cargos correlatos vinculados ao Sistema Estadual de Gestão de Saúde e colocados à disposição do Município para o cumprimento de atividades no âmbito do SUS.

Art. 73 – A FCA será paga cumulativamente com as parcelas remuneratórias do cargo efetivo do servidor designado para exercê-las e não se incorporará, para qualquer efeito, à remuneração do servidor nem constituirá base para o cálculo de qualquer vantagem remuneratória, salvo a decorrente de adicional por tempo de serviço adquirido até a data da promulgação da Emenda à Constituição da República nº 19, de 4 de junho de 1998, de gratificação natalina e de adicional de férias.

Art. 74 – A FCA observará as seguintes regras:

I – atribuição aos servidores por ato do Prefeito;

II – jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 75 – Compõe o quadro de Funções Gratificadas de Coordenação e Assessoramento as constantes no Anexo IX desta Lei.

Art. 76 - O cargo público comissionado de Subinspetor da Guarda Municipal de Belo Horizonte de que trata o art. 227 da Lei nº 9.319, de 19 de janeiro de 2007, e alteração dada pelo art. 11 da Lei nº 10.497, de 26 de junho de 2012, tem seu quantitativo disposto no Anexo III desta Lei e o valor da remuneração disposto no Anexo VII desta Lei, e será extinto após o provimento de todas as vagas do posto hierárquico de Subinspetor II.

Seção IV Da Alteração de DAM e FCA

Art. 77 – O dirigente máximo de órgão da Administração direta do Poder Executivo Municipal e das fundações que tenha pactuado metas de desempenho, poderá propor a alteração do quantitativo e da distribuição de DAM e FCA definidas em decreto para a sua estrutura.

Parágrafo único – A alteração de que trata o *caput* deste artigo dar-se-á por decreto, mediante a análise e aprovação prévias da SMPOG, observadas as diretrizes estabelecidas em regulamento.



Art. 78 – As parcelas remuneratórias previstas no art. 120 da Lei nº 8.146, de 29 de dezembro de 2000, e calculada conforme o § 2º do art. 120 da Lei nº 8.146/2000, paga aos servidores já apostilados na data de vigência desta Lei, serão revistas nos mesmos índices e datas do reajuste concedido ao DAM.

Parágrafo único – Quaisquer vantagens remuneratórias que tenham como referência parcela remuneratória dos cargos de provimento em comissão extintos nos termos do art. 83 desta Lei permanecem com os valores vigentes na data de publicação desta lei e serão revistas nos mesmos índices e datas do reajuste concedido ao DAM.

Art. 79 – O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou empregado público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão a que se referem os incisos II, III e IV do *caput* do art. 65 desta Lei poderá optar:

I – pela remuneração do cargo de provimento em comissão, conforme anexos V, VI e VII desta lei;

II – pela remuneração de seu cargo efetivo acrescida do valor relativo à Gratificação de Dedicção Exclusiva – GDE – do cargo em comissão.

§ 1º – O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, cuja jornada diária seja de 4 (quatro) ou 6 (seis) horas, para os fins do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, terá acrescido à sua remuneração a gratificação de complementação de jornada que corresponderá:

I – à diferença entre o vencimento atribuído ao seu cargo efetivo, no mesmo nível da carreira, para a jornada de 8 (oito) horas, e o vencimento percebido pelo servidor, na hipótese de existir tabela de 8 (oito) horas;

II – a proporcionalidade de 8 (oito) horas, quando não existir a tabela.

§ 2º – Nas hipóteses constitucionais de acumulação permitida de cargos, fica facultado ao servidor ocupante de cargo comissionado e que detenha dois vínculos efetivos com a Administração Pública optar pela remuneração dos respectivos cargos efetivos, acrescida da gratificação de Dedicção Exclusiva.

§ 3º – No caso de servidor titular de emprego público que fizer a opção a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo, o cargo em comissão que vier a ocupar receberá tratamento jurídico de emprego em comissão, na forma da legislação celetista.

§ 4º – Ocorrendo a hipótese prevista do § 3º deste artigo, será suspenso, para todos os efeitos, o contrato de trabalho relativo ao emprego público de origem, salvo para fins de contagem do tempo de serviço, excetuada, neste caso, a promoção por merecimento e antiguidade.

§ 5º – A alteração de tratamento jurídico prevista no § 3º deste artigo somente é válida enquanto o cargo em comissão estiver ocupado pelo servidor titular de emprego público.



§ 6º - A percepção da GDE a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo não se incorporará à remuneração do servidor e não servirá de base para o cálculo de qualquer outra vantagem, salvo as decorrentes de adicional por tempo de serviço adquirido até a data da promulgação da Emenda à Constituição da República nº 19/1998, de gratificação natalina e de adicional de férias.

Art. 80 - Aplica-se o disposto no § 1º do art. 79 desta Lei ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, cuja jornada diária seja de 4 (quatro) ou 6 (seis) horas, designado para uma FCA.

Art. 81 - O servidor ou empregado público requisitado de outro Poder, ou ainda de órgão ou entidade de outra esfera da Federação, que seja nomeado para o exercício de cargo de provimento em comissão a que se referem os incisos II, III e IV do *caput* do art. 65 desta Lei poderá optar:

I - pela remuneração do cargo de provimento em comissão, conforme anexos V, VI e VII desta Lei;

II - pela remuneração correspondente ao seu cargo ou emprego público de provimento efetivo acrescida do valor relativo à GDE do cargo em comissão.

§ 1º - O adicional a que se refere este artigo não se incorporará à remuneração do servidor em qualquer hipótese ou para qualquer fim, exceto para fins de desconto do imposto de renda e da contribuição previdenciária, observado, neste último caso, o disposto no art. 78 da Lei nº 10.362, de 29 de dezembro de 2011, e integrará a base de cálculo das férias regulamentares e da gratificação natalina.

§ 2º - O somatório da remuneração do servidor em seu cargo ou emprego público de provimento efetivo com o adicional a que se refere este artigo deverá observar o teto remuneratório da carreira a que pertença ou o subsídio do Prefeito.

Art. 82 - O servidor ocupante de cargo ou emprego público de provimento efetivo da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, bem como de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nomeado para o exercício de cargo público de provimento em comissão no âmbito da Administração Municipal cujo regime de pagamento seja o previsto no § 4º do art. 39 da Constituição da República, poderá optar por receber a remuneração correspondente ao seu cargo ou emprego público de provimento efetivo acrescida de adicional em valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do estipêndio atribuído ao respectivo cargo em comissão.

§ 1º - O adicional a que se refere o *caput* deste artigo não se incorporará à remuneração do servidor em qualquer hipótese ou para qualquer fim, exceto para fins de desconto do imposto de renda e da contribuição previdenciária, observado, neste último caso, o disposto no art. 78 da Lei nº 10.362/2011, e integrará a base de cálculo das férias regulamentares e da gratificação natalina.

§ 2º - O somatório da remuneração do servidor em seu cargo ou emprego público de provimento efetivo com o adicional a que se refere o *caput* deste artigo deverá observar, o teto remuneratório da carreira a que pertença ou o subsídio do Prefeito.



Art. 83 - Ficam extintos os cargos em comissão do Quadro da Administração Direta, autárquica e fundacional que não conste nessa lei.

Art. 84 - Integram a estrutura funcional da Administração direta do Poder Executivo, os cargos públicos de provimento efetivo previstos em legislação específica, bem como o Quadro Geral de cargos de provimento em comissão previstos nessa lei.

Parágrafo único – Também integram a estrutura funcional da Administração direta do Poder Executivo os cargos públicos cujos ocupantes não optaram pelas carreiras instituídas pelas leis mencionadas no *caput* deste artigo e os empregos públicos previstos no § 3º do art. 271 da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 85 – A cada secretaria municipal prevista nesta lei corresponde um cargo de Secretário Municipal e um cargo de Secretário Municipal Adjunto.

§ 1º – Excetua-se da regra disposta no *caput* deste artigo a Secretaria Municipal de Cultura, que não terá Secretário Municipal Adjunto.

§ 2º – O cargo de Secretário Municipal Adjunto a que se refere o *caput* deste artigo tem como atribuição auxiliar o titular na direção do órgão, substituindo-o em suas ausências, impedimentos e sempre que necessário, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem delegadas pelo titular.

§ 3º – O Secretário Municipal Adjunto responderá obrigatoriamente por uma Subsecretaria.

Art. 86 – Ficam criados os cargos de Procurador-Geral Adjunto e Controlador-Geral Adjunto.

Parágrafo único – O cargo de Procurador-Geral Adjunto e o de Controlador-Geral Adjunto a que se refere o *caput* deste artigo têm como atribuição auxiliar os seus respectivos titulares na direção do órgão, substituindo-o em suas ausências, impedimentos e sempre que necessário, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem delegadas pelo titular.

Art. 87 – A cada Coordenadoria de Atendimento Regional corresponde um cargo de Coordenador.

Parágrafo único – O cargo de Coordenador de Atendimento Regional de que trata o *caput* deste artigo tem como atribuição a administração da unidade regional sob sua responsabilidade e a articulação com os órgãos e entidades do Poder Executivo para o atendimento das demandas em sua circunscrição.

Art. 88 – O Poder Executivo promoverá as modificações necessárias nos regulamentos e estatutos dos órgãos e entidades de que trata esta lei para adequá-los às alterações estabelecidas nesta lei.



Art. 89 – O Poder Executivo, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição da República, poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, programas, ações, metas e indicadores, bem como as dotações orçamentárias, a fim de viabilizar a compatibilização do planejamento e do orçamento com as alterações previstas nesta Lei, observadas as normas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único - Para atendimento ao disposto no inciso VII do art. 167 da Constituição da República, as operações dispostas no *caput* deste artigo ficam limitadas ao valor de R\$2.542.000.000,00 (dois bilhões quinhentos e quarenta e dois milhões de reais), conforme créditos autorizados na Lei Orçamentária Anual.

Art. 90 – São ordenadores de despesas os secretários municipais, os dirigentes das entidades da Administração Indireta, o Procurador-Geral do Município e o Controlador-Geral do Município.

Parágrafo único – A ordenação de despesas prevista no *caput* deste artigo poderá ser delegada nos termos dispostos em decreto.

Art. 91 – A Secretaria Municipal de Políticas Sociais passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social;
- II – a Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional;
- III – a Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMASAC os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a III deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 92 – A Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social – SMAICS – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Assessoria de Cerimonial e Mobilização;
- II – a Assessoria Policial Militar;
- III – a Assessoria de Comunicação Social do Município;
- IV – a Assessoria de Comunicação Social Adjunta do Município.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMAICS os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a IV deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.



Art. 93 – A Secretaria Municipal de Desenvolvimento passa a denominar-se Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Secretaria Municipal Adjunta de Desenvolvimento Econômico;
- II – a Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego;
- III – a Secretaria Municipal Adjunta de Relações Internacionais.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMDE os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a III deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 94 – A SMED sucederá a Secretaria Municipal Adjunta de Educação nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMED os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que trata o *caput* deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 95 – A SMEL sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Secretaria Municipal Adjunta de Esporte;
- II – a Secretaria Municipal Adjunta de Lazer.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMEL os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I e II deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 96 – A Secretaria Municipal de Finanças passa a denominar-se Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações;
- II – a Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro;
- III – a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa;
- IV – a Contadoria-Geral do Município.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMFA os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a IV deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.



Art. 97 – O Gabinete do Prefeito sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – as Secretarias de Administração Regional Municipal;
- II – as Secretarias Adjuntas de Administração Regional Municipal;
- III – a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada.

Parágrafo único – Ficam transferidos para o Gabinete do Prefeito os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a III deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 98 – A SMMA sucederá a Secretaria Municipal Adjunta de Meio Ambiente nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMMA os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que trata *caput* deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 99 – A SMOBI, sucederá nos contratos, nos convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I - a Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Controle;
- II – a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMOBI os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I e II deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 100 – A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação passa a denominar-se Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento e Gestão;
- II – a Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento;
- III – a Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Previdenciária;
- IV – a Secretaria Municipal Adjunta de Recursos Humanos;
- V – a Secretaria Municipal Adjunta de Modernização;
- VI – a Coordenação Executiva do Programa BH Metas e Resultados.



Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMPOG os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a VI deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 101 – A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos passa a denominar-se Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana;
- II – a Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização;
- III – a Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMPU os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a III deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 102 – A SMSA sucederá a Secretaria Municipal Adjunta de Saúde nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMSA os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que trata o *caput* deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 103 – A Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial passa a denominar-se Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção – SMSP – e sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Guarda Municipal de Belo Horizonte;
- II – a Corregedoria da Guarda Municipal de Belo Horizonte.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a SMSP os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I e II deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 104 – A PGM sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

- I – a Procuradoria-Geral Adjunta Administrativo-Consultiva;
- II – a Procuradoria-Geral Adjunta Contenciosa;
- III – a Procuradoria-Geral Adjunta Tributária.



Parágrafo único – Ficam transferidos para a PGM os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a III deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 105 – A CTGM sucederá nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações:

I – a Corregedoria-Geral do Município;

II – a Auditoria-Geral do Município;

III – a Secretaria Especial de Prevenção à Corrupção e Informações Estratégicas;

IV – a Ouvidoria do Município.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a CTGM os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pelos órgãos de que tratam os incisos I a IV deste artigo até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 106 – Ficam extintos os Conselhos Fiscais das Autarquias e Fundações do Poder Executivo Municipal.

Art. 107 – A Fundação de Parques Municipais passa a denominar-se Fundação Municipal de Parques e Zoobotânica – FMPZB – e sucederá a Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte nos contratos e convênios celebrados e nos demais direitos e obrigações.

Parágrafo único – Ficam transferidos para a FPMZB os arquivos, as cargas patrimoniais e a execução dos contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados pela Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte até a data de entrada em vigor desta lei, procedendo-se, quando necessário, às alterações contratuais.

Art. 108 - Os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras a que se refere o art. 121 da Lei nº 9.011/2005 e das carreiras a que se refere a Lei nº 9.241/2006 passarão a compor o quadro de pessoal da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica – FPMZB.

Art. 109 – Aplica-se o disposto na Lei nº 7.125, de 12 de junho de 1996, às demais Áreas de Atividades da Administração Direta e Indireta, quando, por ato devidamente motivado pelo titular do órgão da Administração Direta ou da entidade da Administração Indireta, aprovado pela CCG, restarem comprovadas a necessidade temporária de interesse público ou o interesse público excepcional ou a insuficiência de pessoal efetivo no momento de sua ocorrência, inclusive o de candidatos aprovados em concurso público, tais como:

I – campanhas de saúde pública;

II – realização de obras de saneamento básico, contenção ou melhorias emergenciais em comunidades carentes;



III – situações de urgência para a garantia da realização de políticas e eventos públicos;

IV – situações de ameaça ou perturbação à continuidade dos serviços públicos e que possa gerar prejuízo ou comprometer a segurança dos cidadãos, bens, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos e particulares, assim como na hipótese de grave perturbação da ordem pública.

Art. 110 - Poderão ser criados ou extintos por decreto equipamentos públicos de qualquer natureza, conforme as necessidades decorrentes das políticas públicas municipais.

Art. 111 - O § 3º do art. 7º da Lei nº 5.953, de 31 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - [...]

[...]”

§ - 3º - A administração do F.T.U. competirá à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI.”. (NR)

Art. 112 - O art. 4º da Lei nº 6.326, de 18 de janeiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - O Fundo Municipal de Habitação Popular será gerido pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI.”. (NR)

Art. 113 - O art. 1º da Lei nº 6.948, de 14 de setembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.”. (NR)

Art. 114 - O art. 1º da Lei nº 6.953, de 10 de outubro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, de caráter permanente e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC.”. (NR)

Art. 115 - O § 6º do art. 81 da Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 81 - [...]

[...]”



§ 6º - *O suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do COMPUR deve ser prestado diretamente pela Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU.*". (NR)

Art. 116 - O *caput* do art. 5º da Lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - O Conselho de Administração de Pessoal - Conap - é gerido pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG, com as atribuições de assessoramento e normatização das questões relacionadas com as diretrizes administrativas de pessoal e recursos humanos da municipalidade.". (NR)

Art. 117 - O *caput* do art. 1º da Lei nº 7.260, de 14 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o FMAA - Fundo Municipal de Abastecimento Alimentar - com o objetivo de dar suporte financeiro aos programas e aos projetos que visem à produção, à aquisição e à distribuição de alimentos básicos junto à população de baixo poder aquisitivo, coordenados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC.". (NR)

Art. 118 - O § 1º do art. 2º da Lei nº 7.260/1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - [...]"

§ 1º - *O FMAA terá duração indeterminada, gestão autônoma e será administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, com auxílio de um Conselho de Administração."*. (NR)

Art. 119 - O art. 5º da Lei nº 7.568, de 04 de setembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - O Comdecon/BH, em sua primeira reunião, formalizará regimento interno, a ser aprovado pela maioria absoluta de seus membros, contendo prescrições acerca de seu funcionamento, forma de convocação e demais questões a ele referentes.". (NR)

Art. 120 - O art. 6º da Lei nº 7.568/1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - O FMPDC, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE, tem a finalidade de subsidiar e financiar projetos relacionados com a política nacional de relações de consumo.". (NR)

Art. 121 - O art. 7º da Lei nº 7.568/1998, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 7º - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do FMPDC, a ser feita nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a sua gestão especialmente:

I - estipulando procedimentos e normas de gestão, inclusive para a movimentação de seus recursos;

II - destinando recursos para projetos e programas de educação, proteção e defesa do consumidor;

III - apreciando propostas de convênios e contratos para a elaboração e execução de projetos relacionados às suas finalidades;

IV - examinando e aprovando projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção de danos aos bens e interesses dos consumidores;

V - aprovando seus balancetes mensais e balanços anuais.”. (NR)

Art. 122 - O caput do art. 1º da Lei nº 7.616, de 10 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado, na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção - SMSP, o Conselho Municipal de Defesa Social.”. (NR)

Art. 123 - O art. 6º da Lei nº 7.638, de 19 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O FUMDEBH terá autonomia administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE.”. (NR)

Art. 124 - O art. 132 da Lei nº 8.137, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132 - O Fundo da Operação Urbana do Isidoro será gerido pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI em consonância com as deliberações do Comitê de Acompanhamento de que trata o art. 134 desta Lei.

Parágrafo único - O controle interno da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, que deverá publicar, para fins de prestação de contas, balancetes, balanços e demais demonstrativos contábeis do recebimento e aplicação dos recursos processados pelo Fundo da Operação Urbana do Isidoro, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.”. (NR)

Art. 125 - O caput do art. 31 da Lei nº 8.260, de 03 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 31 – Compete à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI, em consonância com as deliberações do Comusa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a gestão do Fundo Municipal de Saneamento - FMS.”. (NR)

Art. 126 – O *caput* do art. 39 da Lei nº 8.288/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 – Fica criado o Fundo Municipal do Idoso, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, cujos recursos serão destinados a projetos que visem a concretizar ações governamentais da Política Municipal do Idoso, nos termos da Lei nº 7.930, de 30 de dezembro de 1999.”. (NR)

Art. 127 – O *caput* do art. 12 da Lei nº 8.502, de 06 de março de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 – O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC - e constituído de:”. (NR)

Art. 128 – O art. 5º da Lei nº 8.719, de 11 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º – São atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC - receber e apurar denúncia, realizar audiência, elaborar relatório, julgar fatos que infrinjam os direitos das minorias, e aplicar multas e penalidades estabelecidas nesta Lei.”. (NR)

Art. 129 – O art. 6º da Lei nº 8.719/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º – Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC - gerir o FMPDM, observando-se especialmente:

I – a destinação de recursos para projetos e programas de educação e proteção a minorias;

II – a apreciação de propostas de convênios e contratos para a elaboração e a execução de projetos relacionados às suas finalidades.

III – a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do FMPDM.”. (NR)

Art. 130 – O *caput* e o § 2º do art. 18 da Lei nº 9.038, de 14 de janeiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18 – Fica criado o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP -, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA.



[...]

§ 2º - *O CGP será presidido pelo Secretário Municipal de Fazenda.*”. (NR)

Art. 131 - A alínea ‘c’ do inciso VII do art. 9º da Lei nº 9.549, de 07 de abril de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º – [...]

[...]

VII – [...]

[...]

c) o balanço anual de prestação de contas e o relatório de gestão.”. (NR)

Art. 132 - O art. 1º da Lei nº 9.577, de 02 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte, órgão colegiado de caráter deliberativo e consultivo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura - SMC.”. (NR)

Art. 133 - O § 3º do art. 10 da Lei nº 9.934, de 21 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 - [...]

[...]

§ 3º - *O Compir vincula-se à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, cabendo à mesma prestar suporte técnico e administrativo ao funcionamento do conselho.*”. (NR)

Art. 134 - O art. 2º da Lei nº 10.127, de 18 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - A gestão financeira dos recursos do Fundo de que trata o art. 1º desta Lei será feita pelo Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC.”. (NR)

Art. 135 - O art. 2º da Lei nº 10.259, de 20 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O CMES/BH vincula-se à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SMEL, cabendo à mesma prestar suporte técnico e administrativo ao conselho.”. (NR)

Art. 136 - O *caput* do art. 107 da Lei nº 10.362/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 107 - Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG, o Fundo Financeiro - Fufin, de caráter temporário, para custear, na forma legal, o pagamento dos benefícios previdenciários da massa de segurados descrita a seguir:”. (NR)

Art. 137 - O *caput* do art. 110 da Lei nº 10.362/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 110 - Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SMPOG, o Fundo Previdenciário - BHPprev, para custear, na forma legal, o pagamento dos benefícios previdenciários relativos à massa de segurados descrita a seguir:”. (NR)

Art. 138 - O art. 116 da Lei nº 10.362/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116 - Passam a constituir obrigatoriamente o patrimônio do Município os bens móveis e imóveis da Beprem, transferidos nos termos desta lei.”. (NR)

Art. 139 - O art. 151 da Lei nº 10.362/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 151 - Fica extinta a Beneficência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - Beprem, transferindo-se os seus móveis, bem como os imóveis de que trata o Anexo III desta Lei, além de seus recursos financeiros e orçamentários, para o Município, respeitado o disposto no art. 151-A desta Lei.

§ 1º - Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão efetuar o inventário dos bens móveis e imóveis e do acervo documental da autarquia extinta.

§ 2º - Para fins do disposto no § 1º deste artigo, o Município de Belo Horizonte repassará ao Fufin, em moeda corrente, o valor de mercado dos imóveis de que trata o Anexo III desta Lei, na forma do regulamento.”. (NR)

Art. 140 - O parágrafo único do art. 152 da Lei nº 10.362/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 152 - [...]”

Parágrafo único - Os recursos provenientes da alienação dos bens móveis e imóveis integrantes do acervo patrimonial da Beprem serão destinados ao Município, nos termos desta lei.”. (NR)

Art. 141 - A Lei nº 10.362/2011 passa a vigorar acrescida do Anexo III, com a seguinte redação:

*“Anexo III
Imóveis de propriedade da Beprem*



Nº	Descrição
1	1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 55.825 Livro: 3BQ - Folha 127 - ficha 01F Lotes: 19 e 20 - Quarteirão 12 - 3ª Seção Urbana Área do terreno: 1.150 m ²
2	3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 586 Livro: 2 - Folha: 1 Lote: 1 - Quadra: 34 - 8ª Seção Urbana Área do terreno: 600 m ²
3	3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 16.059 Livro: 2 - Folha: 1 Lote: 7 - Quadra: 34 - 8ª Seção Urbana Área do terreno: 600 m ²
4	3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrículas: 40.775 e 77.141 Livro: 2 - Folha: 1 Lote: 57 - Quadra: 163-A Área do terreno: 1.100 m ² e 500 m ²
5	4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 9.118 Livro: 687 N - Folha 60 Lotes: 23 e 24 - Quarteirão 4A - 1ª Seção Urbana Área do terreno: 1.200,96 m ²
6	4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 16.225 Livro: 03-N - Folha: 180 Lotes: 9 e 11 - Quarteirão 45 - 6ª Seção Urbana Área do terreno: 1093 m ²
7	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 65.958 e 65.959 Livro: 02 Lotes: 8, 9, 10, 17 e 18 - Quadra: 229 Área do terreno: 1.800 m ²
8	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 4.729 Livro: 2WC - Folha: 178 Lote: 14 - Quadra: 77 - 2ª Seção Urbana Área do terreno: 368 m ²
9	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 61.998 Livro: 2WC - Folha: 179 Lotes: 9 a 13 - Quadra: 77 - 2ª Seção Urbana Área do terreno: 385 m ²
10	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 35.354 Livro: 2UX - Folha: 49 Lote: 8 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana



	Área do terreno: 640 m ²
11	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 4.570 Livro: 2UX - Folha: 50 Lote: 10 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana Área do terreno: 335 m ²
12	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 42.155 Livro: 2UX - Folha: 44 Lote: 2 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana Área do terreno: 324 m ²
13	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 46.860 Livro: 2VB - Folha: 47 Lote: 4 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana Área do terreno: 308 m ²
14	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 37.377 Livro: 2UX - Folha: 45 Lote: 3 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana Área do terreno: 300 m ²
15	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 55.843 Livro: 2VB - Folha: 48 Lote: 5 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana Área do terreno: 300 m ²
16	6º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 46.791 Livro: 2VB - Folha: 46 Lote: 7 - Quadra: 105 - 6ª Seção Suburbana Área do terreno: 340 m ²
17	7º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 20.017 Livro: 2 Lote: 14 - Quadra: 16 Área do terreno: 450 m ²
18	7º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 48.855 Livro: 2 Lote: 31 - Quadra: 122-A Área do terreno: 360 m ²
19	7º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte Matrícula: 46.543 Livro: 2 Lote: 8 - Quadra: 29 - 8ª Seção Urbana Área do terreno: 703,13 m ²
20	Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa Matrícula: 4573 Livro: 2-0 - Folha 70 Área do terreno: 40 hectares, 34 ares e 31 centiares



Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa Matrícula: 15.628 Livro: 2 BU - Folha: 143 Área do terreno: 6.241 m ²
Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa Matrícula: 21.577 Livro: 2 - Folha: 189 Área do terreno: 63.500 m ²
Cartório de Registro de Imóveis de Lagoa Santa Gleba de 8 hectares, integrante da matrícula nº 15.477, Livro: 2 BT, Folha: 189, doada à BEPREM.

” (NR)

Art. 142 - O art. 1º da Lei nº 10.364, de 29 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Conselho Municipal do Idoso de Belo Horizonte – CMI-BH, órgão colegiado de caráter permanente, paritário e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, tem por finalidade elaborar as diretrizes para a formulação e a implementação da Política Municipal do Idoso, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal disciplinadora da matéria, bem como acompanhar, avaliar e fiscalizar a sua execução.”. (NR)

Art. 143 - O art. 1º da Lei nº 10.499, de 02 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - FPPC-BH, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura - SMC, com a finalidade de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural do Município.”. (NR)

Art. 144 - O art. 2º da Lei nº 10.499/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Compete à Secretaria Municipal de Cultura - SMC - a movimentação e aplicação dos recursos do FPPC-BH.”. (NR)

Art. 145 - O caput do art. 2º da Lei nº 10.625, de 05 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O FUMSD vincula-se à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, à qual compete a gestão do fundo, e ainda.”. (NR)

Art. 146 - O inciso II do art. 7º da Lei nº 10.823, de 29 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 7º - [...]

[...]

II - Comtur-BH, órgão colegiado de assessoramento superior, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE, de caráter consultivo, que tem por finalidade propor diretrizes, oferecer subsídios e contribuir para a formulação da Política Municipal de Turismo, bem como acompanhar sua implementação, com vistas ao desenvolvimento do turismo no Município, em todas as suas modalidades;". (NR)

Art. 147 - O *caput* do art. 11 da Lei nº 10.823/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo - Fumtur, de natureza contábil, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo o financiamento, o apoio ou a participação financeira em planos, projetos, ações e empreendimentos reconhecidos pela entidade municipal como de interesse turístico.". (NR)

Art. 148 - O § 2º do art. 13 da Lei nº 10.823/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13 - [...]

[...]

§ 2º - Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE a movimentação e aplicação dos recursos do Fumtur.". (NR)

Art. 149 - O § 1º do art. 22 da Lei nº 10.836, de 29 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 - [...]

§ 1º - O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, observadas as diretrizes e as deliberações do CMAS.". (NR)

Art. 150 - O *caput* e o inciso I do art. 33 da Lei nº 10.901, de 11 de janeiro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33 - O Sistema Municipal de Cultura, coordenado pela Secretaria Municipal de Cultura, será integrado por:

I - a Fundação Municipal de Cultura - FMC;". (NR)

Art. 151 - O art. 34 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:



"Art. 34 - A Secretaria Municipal de Cultura é órgão superior, subordinada diretamente ao Gabinete do Prefeito - GP - e constitui-se no órgão gestor e coordenador do SMC." (NR)

Art. 152 - O *caput* do art. 36 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 - São atribuições, dentre outras previstas em legislação municipal, da Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da FMC:" (NR)

Art. 153 - O *caput* do art. 37 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 - À Secretaria Municipal de Cultura, como órgão coordenador do SMC, com o apoio da FMC, compete:" (NR)

Art. 154 - O inciso II do § 2º do art. 39 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - [...]

[...]

§ 2º [...]

[...]

II - colaborar com a Secretaria Municipal de Cultura e com a FMC na convocação e na organização da CMC;" (NR)

Art. 155 - O § 2º do art. 41 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - [...]

[...]

§ 2º - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da FMC e a colaboração do Comuc convocar e coordenar a CMC, que se reunirá ordinariamente, a cada 2 (dois) anos, ou extraordinariamente, a qualquer tempo, devendo a data de realização da CMC estar de acordo com o calendário de convocação das conferências estadual e nacional de Cultura." (NR)

Art. 156 - O art. 44 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44 - A elaboração do PMC é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura com o apoio da FMC, e seu desenvolvimento se faz em conjunto com o Comuc, a partir das diretrizes propostas pelas CMCs." (NR)



Art. 157 - O art. 47 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47 - O FPPC-BH, instituído pela Lei nº 10.499/12, de natureza contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, tem por finalidade prestar apoio financeiro, em caráter suplementar, a projetos e ações destinados à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural do Município.”. (NR)

Art. 158 - O art. 48 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48 - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura com apoio da FMC desenvolver o SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.”. (NR)

Art. 159 - O art. 52 da Lei nº 10.901/2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52 - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura com apoio da FMC elaborar, regulamentar e implementar o PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e em parceria com outros órgãos da administração pública municipal e instituições educacionais.”. (NR)

Art. 160 – Ficam revogados:

- I - os §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 1.747, de 9 de dezembro de 1969;
- II - os artigos 14, 15, 16, 17, 18, 22 e 23 da Lei nº 5.809, de 16 de novembro de 1990;
- III - a Lei nº 5.904, de 5 de junho de 1991;
- IV – o art. 8º da Lei nº 6.967, de 18 de outubro de 1995;
- V - o inciso IV e respectivas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e” do art. 2º da Lei nº 7.568, de 4 de setembro de 1998;
- VI – a Lei nº 8.146, de 29 de dezembro de 2000;
- VII - a Lei nº 8.425, de 5 de agosto de 2002;
- VIII - a Lei nº 9.011, de 1º de janeiro de 2005, exceto o art. 109, o *caput* e os §§ 1º, 2º, 5º, 6º e 7º do art. 121, o *caput* e os §§ 1º, 2º, 5º, 6º e 7º do art. 139, os artigos 154 e 155, bem como anexos III e IV;
- IX – a Lei nº 9.155, de 12 de janeiro de 2006;
- X – o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.235, de 26 de julho de 2006;



XI – a alínea ‘a’ do inciso I do art. 3º, a Subseção I da Seção II do Capítulo I e seus artigos 4º ao 7º, bem como o inciso VI do art. 9º da Lei nº 9.549, de 7 de abril de 2008;

XII – o art. 129 da Lei nº 10.362, de 29 de dezembro de 2011;

XIII – o art. 11 da Lei nº 10.753, de 17 de setembro de 2014;

XIV – o § 3º do art. 14 da Lei nº 10.082, de 12 de janeiro de 2011.

Art. 161 – Esta lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017

Alexandre Kalil
Prefeito de Belo Horizonte



ANEXO I

Cargos do Grupo de Direção Superior Municipal – DSM:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Grupo de Direção Superior Municipal – DSM	QUANTIDADE DE VAGAS
Chefe de Gabinete do Prefeito	1
Coordenador de Atendimento Regional	9
Secretário/Procurador-Geral/Controlador-Geral	16
Secretário Municipal Adjunto/Procurador-Geral Adjunto/Controlador-Geral Adjunto	15
Subsecretário/Subprocurador/Subcontrolador	25
Consultor Técnico Especializado	10
Assessor Especial	7
Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito	1
TOTAL GERAL	84

FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	
Grupo de Direção Superior Municipal – DSM	QUANTIDADE DE VAGAS
Presidente	1
TOTAL GERAL	1

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	
Grupo de Direção Superior Municipal – DSM	QUANTIDADE DE VAGAS
Presidente	1
TOTAL GERAL	1



ANEXO II

Cargos de Direção e Assessoramento Municipal – DAM:

CARGO	DAM-UNITÁRIO
DAM -1	1
DAM-2	1,5
DAM-3	2
DAM-4	3
DAM-5	4
DAM-6	5
DAM-7	6
DAM-8	7
DAM-9	8

Assessoramento Municipal



ANEXO III

Cargos dos Quadros Específicos das Secretarias Municipais de Educação, de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, de Saúde e de Segurança e Prevenção

A - Secretaria Municipal de Educação

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
Secretário de Estabelecimento de Ensino I	200
Secretário de Estabelecimento de Ensino II	
Secretário de Estabelecimento de Ensino III	
Secretário de Estabelecimento de Ensino IV	
Secretário de Estabelecimento de Ensino V	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino I	200
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino II	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino III	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino IV	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino V	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino I UMEI	180
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino II UMEI	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino III UMEI	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino IV UMEI	
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino V UMEI	
Diretor de Estabelecimento de Ensino I	200
Diretor de Estabelecimento de Ensino II	
Diretor de Estabelecimento de Ensino III	
Diretor de Estabelecimento de Ensino IV	
Diretor de Estabelecimento de Ensino V	
Diretor de Centro de Aperfeiçoamento Profissional da Educação	1
Vice-Diretor de Centro de Aperfeiçoamento Profissional Educação	1
Coordenador de Projetos Especiais da Educação	9
TOTAL GERAL DE CARGOS COMISSIONADOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO	791



B - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
Supervisor de Alimentação Escolar	52

C - Secretaria Municipal de Saúde

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
Coordenador de Serviço de Controle de Zoonoses	10
Encarregado de Serviço de Controle de Zoonoses	30
TOTAL GERAL DE CARGOS COMISSIONADOS DA ÁREA DA SAÚDE	40

D - Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	QUANTIDADE DE VAGAS
Subinspetor da Guarda Municipal de Belo Horizonte	52



ANEXO IV

Cargos do Grupo de Autarquias:

A – SUPERINTENDÊNCIA DE LIMPEZA URBANA

Cargos Comissionados	QUANTIDADE DE VAGAS	VALOR RS
Superintendente	01	20.811,18
Diretor	04	17.083,81
Total de Cargos	05	

Cargos Comissionados	QUANTIDADE DE VAGAS	PISO DE REMUNERAÇÃO RS	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA RS	REMUNERAÇÃO TOTAL RS
Assessor	06	3.009,44	3.009,44	6.018,88
Chefe de Gabinete	01	3.009,44	3.009,44	6.018,88
Chefe de Departamento	08	3.009,44	3.009,44	6.018,88
Chefe de Divisão	17	1.797,31	1.797,31	3.594,62
Secretária	05	1.270,66	1.270,66	2.541,32
Chefe de Seção	21	1.270,66	1.270,66	2.541,32
Total de Cargos	58			

Total Geral	63
--------------------	-----------



B – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL – SUDECAP

Cargos Comissionados	QUANTIDADE DE VAGAS	VALOR R\$
Superintendente	01	20.811,18
Diretor	06	17.083,81
Total de Cargos	07	

Cargos Comissionados	QUANTIDADE DE VAGAS	PISO DE REMUNERAÇÃO R\$	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA R\$	REMUNERAÇÃO TOTAL R\$
Assessor	06	3.009,44	3.009,44	6.018,88
Chefe de Gabinete	01	3.009,44	3.009,44	6.018,88
Gerente de Departamento	26	3.009,44	3.009,44	6.018,88
Gerente de Divisão	46	1.797,31	1.797,31	3.594,62
Gerente de Seção	12	1.270,66	1.270,66	2.541,32
Secretária	08	1.270,66	1.270,66	2.541,32
Total de Cargos	99			

Total Geral	106
--------------------	------------



ANEXO V

Remuneração dos cargos do Grupo de Direção Superior Municipal – DSM

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Grupo de Direção Superior Municipal – DSM	VALOR (EM R\$)
Chefe de Gabinete do Prefeito	17.083,81
Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito	15.500,00
Coordenador de Atendimento Regional	15.500,00
Subsecretário /Subprocurador / Subcontrolador	15.500,00
Consultor Técnico Especializado	17.083,81
Assessor Especial	14.521,24

FUNDAÇÃO DE PARQUES MUNICIPAIS E ZOOBOTÂNICA	
Grupo de Direção Superior Municipal – DSM	VALOR
Presidente	20.811,18

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	
Grupo de Direção Superior Municipal – DSM	VALOR
Presidente	20.811,18

ANEXO VI

Remuneração dos cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Municipal – DAM

CARGO	DAM-UNITÁRIO	VENCIMENTO (em R\$)	COMPLEMENTAÇÃO (em R\$)	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (em R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (em R\$)
DAM -1	1	271,86	353,14	625,00	1.250,00
DAM-2	1,5	271,86	665,64	937,50	1.875,00
DAM-3	2	294,88	955,12	1.250,00	2.500,00
DAM-4	3	368,72	1.506,28	1.875,00	3.750,00
DAM-5	4	768,28	1.731,72	2.500,00	5.000,00
DAM-6	5	768,28	2.356,72	3.125,00	6.250,00
DAM-7	6	768,28	2.981,72	3.750,00	7.500,00
DAM-8	7	768,28	3.606,72	4.375,00	8.750,00
DAM-9	8	768,28	4.231,72	5.000,00	10.000,00



ANEXO VII

Remuneração dos cargos dos Quadros Específicos

A – Da Secretaria Municipal de Educação

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	VENCIMENTO -BASE (em R\$)	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (em R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (em R\$)
Secretário de Estabelecimento de Ensino I	1.102,71	752,36	1.855,07
Secretário de Estabelecimento de Ensino II	1.141,30	835,96	1.977,25
Secretário de Estabelecimento de Ensino III	1.179,89	919,55	2.099,44
Secretário de Estabelecimento de Ensino IV	1.221,18	1.003,15	2.224,33
Secretário de Estabelecimento de Ensino V	1.262,50	1.086,74	2.349,24
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino I	2.524,23	1.671,91	4.196,14
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino II	2.625,20	1.922,70	4.547,90
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino III	2.726,19	2.173,49	4.899,68
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino IV	2.830,42	2.424,27	5.254,69
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino V	2.934,64	2.675,06	5.609,70
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino I UMEI	2.524,23	1.671,91	4.196,14
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino II UMEI	2.625,20	1.922,70	4.547,90
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino III UMEI	2.726,19	2.173,49	4.899,68
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino IV UMEI	2.830,42	2.424,27	5.254,69
Vice-Diretor de Estabelecimento de Ensino V UMEI	2.934,64	2.675,06	5.609,70
Diretor de Estabelecimento de Ensino I	2.726,18	2.006,30	4.732,48
Diretor de Estabelecimento de Ensino II	2.830,42	2.257,08	5.087,50
Diretor de Estabelecimento de Ensino III	2.934,64	2.507,87	5.442,51
Diretor de Estabelecimento de Ensino IV	3.067,99	2.758,66	5.826,65
Diretor de Estabelecimento de Ensino V	3.201,38	3.009,44	6.210,82
Diretor de Centro de Aperfeiçoamento Profissional da Educação	3.201,37	3.009,44	6.210,81
Vice-Diretor de Centro de Aperfeiçoamento Profissional da Educação	2.934,64	2.675,06	5.609,70
Coordenador de Projetos Especiais da Educação	1.797,31	1.797,31	3.594,61



B – Da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	PISO DE REMUNERAÇÃO (em R\$)	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (em R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (em R\$)
Supervisor de Alimentação Escolar	1.072,76	1.072,76	2.145,53

C – Da Secretaria Municipal de Saúde

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	PISO DE REMUNERAÇÃO (em R\$)	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (em R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (em R\$)
Coordenador de Serviço de Controle de Zoonoses	643,69	643,69	1.287,37
Encarregado de Serviço de Controle de Zoonoses	481,51	481,51	963,02

D - Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

CARGO PÚBLICO EM COMISSÃO	PISO DE REMUNERAÇÃO (em R\$)	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (em R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (em R\$)
Subinspetor da Guarda Municipal de Belo Horizonte	1.270,66	1.270,66	2.541,32

ANEXO VIII

Classificação das Funções Gratificadas de Coordenação e Assessoramento - FCA

NÍVEL	VALOR R\$	FCA-UNITÁRIO
FCA -1	500,00	1
FCA-2	750,00	1,5
FCA-3	1.250,00	2,5
FCA-4	1.500,00	3
FCA-5	2.000,00	4



ANEXO IX

Remuneração das Funções Públicas

A – Função pública de Conselheiro Tutelar

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Conselheiro Tutelar	45	3.594,62
Total	45	

B – Função pública de Gerente de Unidade de Saúde

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Gerente de Unidade de Saúde I	180	3.059,90
Gerente de Unidade de Saúde II	71	3.368,49
Gerente de Unidade de Saúde III	40	3.680,87
Total	291	

C – Função pública de Gerente de Apoio Comunitário

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Gerente de Unidade de Apoio Comunitário	15	1.593,14
Total	15	

D – Função pública de Coordenador dos Equipamentos Municipais de Apoio à Família e à Cidadania

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Coordenador dos Equipamentos Municipais de Apoio à Família e à Cidadania	45	1.593,14
Total	45	

E - Função pública instituída no art. 15 da Lei nº 9.443, 18 de outubro de 2007

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Função gratificada instituída no art. 15 da Lei nº 9.443/07 – para jornada de 20 horas	154	355,00
Função gratificada instituída no art. 15 da Lei nº 9.443/07 – para jornada de 40 horas	148	710,00
Total	302	



F - Função pública de Gerente Adjunto de Unidade de Saúde

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Gerente Adjunto de Unidade de Saúde I	164	1.530,22
Gerente Adjunto de Unidade de Saúde II	40	1.684,24
Gerente Adjunto de Unidade de Saúde III	25	1.840,44
Total	229	

G - Função pública gratificada de Gestor Administrativo e Financeiro Escolar

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	VENCIMENTO-BASE (em R\$)	GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA (em R\$)	REMUNERAÇÃO TOTAL (em R\$)
Gestor Administrativo e Financeiro Escolar I	200	1.270,65	1.050,12	2.320,78
Gestor Administrativo e Financeiro Escolar II		1.270,65	1.155,13	2.425,79
Gestor Administrativo e Financeiro Escolar III		1.270,65	1.270,65	2.541,31
Gestor Administrativo e Financeiro Escolar IV		1.270,65	1.397,71	2.668,37
Gestor Administrativo e Financeiro Escolar V		1.270,65	1.537,48	2.808,13
Total	200			

H - Função pública gratificada de Coordenador do Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Coordenador do Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas	1	1.488,92
Total	1	

I - Função pública gratificada de Controlador de Tesouraria dos Restaurantes Populares

Função Gratificada	QUANTIDADE DE VAGAS	GRATIFICAÇÃO (EM R\$)
Controlador de Tesouraria dos Restaurantes Populares	5	1.260,00
Total	5	



MENSAGEM Nº 01

CÂMARA MUNC. DE BHTE 24/ABR/2017 18:53 000006586

Belo Horizonte, 24 de abril de 2017

À
DIRLEG
25 / 04 / 17
[Handwritten Signature]
Vereador Henrique Braga
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação desta egrégia Câmara, projeto de lei que dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo.

O presente projeto tem por finalidade estabelecer novo marco legal sobre a Administração Pública do Poder Executivo, notadamente para garantir a redução do aparelho estatal.

Contendo normas gerais e diretrizes para a estruturação dos órgãos, autarquias e fundações, o projeto pretende modernizar a estrutura do Poder Executivo, de modo que os novos arranjos institucionais estejam aptos a responderem de forma eficiente e eficaz aos desafios impostos pelo cenário econômico-social, o que exige uma administração pública eficiente transparente, competitiva e voltada para o cidadão.

Cumprе ressaltar que, embora nos últimos anos tenham sido realizadas diversas alterações legislativas para aperfeiçoar a estrutura da Administração Pública Municipal, o arcabouço normativo organizacional da Prefeitura de Belo Horizonte vigente data de 2005 e demonstra sinais de inadequação diante das capacidades burocráticas necessárias para a implementação de políticas públicas e para a promoção do desenvolvimento local.

Desta forma, a proposta que ora se apresenta define critérios para a estruturação básica orgânica dos órgãos, autarquias e fundações, observada a organização sistêmica e matricial da administração pública, notadamente sob os aspectos de simplificação e modernização.

Neste novo desenho de definições sobre as políticas públicas municipais e de racionalização administrativa, a Junta de Execução Orçamentária e Financeira será substituída pela Câmara de Coordenação Geral; as Secretarias Municipais Adjuntas deixam de ser órgãos e passam a integrar a estrutura orgânica de suas respectivas Secretarias; as nove Secretarias de Administração Regional Municipal serão transformadas em Coordenadorias de Atendimento Regional, subordinadas diretamente ao Gabinete do Prefeito; a Assessoria de Comunicação Social, a Assessoria de Cerimonial e de Mobilização Social e a Assessoria Policial Militar passarão a integrar a estrutura da Secretaria Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social; e será criada a Secretaria Municipal de Cultura.

De forma inédita, propõe-se a implementação da contratualização de resultados para disciplinar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira do Município, nos termos do



§ 8º do art. 37 da Constituição da República de 1988 e dos §§ 10 e 11 do art. 14 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

No que se refere aos cargos em comissão do Poder Executivo, propõe-se a extinção de mais de 90 tipos de cargos comissionados da administração direta e fundações, os quais passarão a compor o Quadro de Direção e Assessoramento Municipal – DAM – da administração direta e fundacional do Poder Executivo Municipal com apenas 9 padrões remuneratórios. Com essas alterações propõe-se um modelo de gestão de cargos comissionados mais simples e transparente que o atualmente vigente. Ressalta-se, por fim, que a aprovação do presente projeto trará economia potencial de cerca de trinta milhões de reais com a redução dos cargos comissionados do Poder Executivo.

Certo de que este projeto receberá a devida aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, submeto-o a seu regular processamento, renovando protestos de elevado apreço.

[Faint stamp: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte]

Atenciosamente,

Alexandre Kalil
Prefeito de Belo Horizonte

Excelentíssimo Senhor
Vereador Henrique Braga
Presidente em exercício da Câmara Municipal da
CAPITAL